

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, outubro de 2014, número 82. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Disputas territoriais no Paraná recente: a luta camponesa e indígena no estado em 2014

ARTIGOS DO MÊS

- I - Colonos, migrantes e indígenas: “fragmentos” para multiplicidades
- II - Territórios e territorialidades urbano-ribeirinhas em Parintins (AM)

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA

“Agentes, processos, conflitos e conteúdos do espaço agrário brasileiro.”

UFRN/Natal – Rio Grande do Norte, 11 a 14 de novembro de 2014.

Jornada de Estudos Agrários: territórios e movimentos sociais no Brasil contemporâneo

UNESP/Marília – São Paulo, 17 a 19 de novembro de 2014.

1º Encontro Regional de Estudos Históricos sobre o Campo

UFTM/Uberaba – Minas Gerais, 27 a 29 de novembro de 2014.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



A Via Campesina: a globalização e o poder do camponato.

Autor: Annette Aurélie Desmarais.

O livro traz uma radiografia das visões de camponeses, agricultores, mulheres do campo e comunidades

indígenas reunidos em torno do mais importante movimento internacional de resistência ao avanço do agronegócio – a Via Campesina.



Ocupação da Araupel: terra para produzir comida.

Produção: MST Paraná.

Cerca de 3 mil famílias Sem Terra do Acampamento Herdeiros da Luta 1º de Maio ocuparam a Fazenda Rio das Cobras, da empresa Araupel, entre os municípios de Rio Bonito do Iguazu e Quedas do Iguazu (PR).

Para ver:

<https://www.youtube.com/watch?v=xWsOuP1MMtA>.



PodCast Unesp – Pod Territorial.

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

APOIO

Editoração: Danilo V. Pereira (bolsista FAPESP), Karin G. S. M. de Souza (bolsista PIBIT/CNPq) e Hugo A. Alves (bolsista PROEX). *Revisão:* Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira (bolsista FAPESP), Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), José Sobreiro Filho (bolsista FAPESP), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho. *Coordenação:* Janaína F. S. C. Vinha, Juliana G. B. Mota (bolsista FAPESP) e Valmir J. de O. Valério (bolsista CNPq).

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

DISPUTAS TERRITORIAIS NO PARANÁ RECENTE: A LUTA CAMPONESA E INDÍGENA NO ESTADO EM 2014

GEOLUTAS¹

Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade
djoni.roos@unioeste.br

INTRODUÇÃO

O estado do Paraná se caracteriza pela existência de inúmeros e diversos conflitos, principalmente, no campo. Neste espaço destacam-se aqueles envolvendo o Estado, proprietários ruralistas, posseiros, indígenas, sem-terras, quilombolas e atingidos por barragens. Tais conflitos são, sobretudo, pela posse da terra e existem no Paraná desde passado distante. São lutas relacionadas à trajetória de apropriação concentrada da terra e a “modernização conservadora” iniciada em meados da década de 1960, ambas responsáveis pela expulsão e expropriação de milhares de camponeses e indígenas, que, para sobreviver, foram obrigados a migrar para áreas urbanas, para outros estados e países como o Paraguai. Atualmente, os principais conflitos são aqueles que envolvem, de um lado, indígenas, agricultores atingidos por barragens e camponeses sem-terra e de outro, latifundiários, proprietários rurais do agronegócio e o Estado.

Esse contexto de conflitos e lutas camponesas e indígenas foi apreendido pelo DATALUTA-PR (Banco de Dados da Luta pela Terra no Paraná) que levantou, a partir de fontes diversas (jornais O Paraná, Folha de Londrina, Gazeta do Povo além de sites de movimentos camponeses e da mídia), um conjunto de dados e informações que permitem caracterizar geograficamente tais conflitos e lutas no estado do Paraná.

PANORAMA ATUAL DAS OCUPAÇÕES DE TERRA NO PARANÁ

A partir da década de 1980, sobretudo, a luta pela terra no Paraná vem sendo realizada, predominantemente, através da organização em movimentos camponeses. Dentre estes se destaca o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que com a realização de ocupações de terras tornou-se referência nas lutas camponesas no estado. Entretanto, a organização camponesa e indígena no estado é bastante diversa e a análise dos dados do DATALUTA-PR (2014), permite identificar que no período de 1988 a agosto de 2014 as ocupações de terra no Paraná foram realizadas por 19 diferentes “movimentos socioterritoriais” (FERNANDES, 2005). A tabela 1 apresenta os principais movimentos que ocuparam terras no Paraná entre 1988 a agosto de 2014, demonstrando a expressividade adquirida pelo MST na organização e espacialização da luta camponesa no estado.

Tabela 1: Ocupações de Terras por Movimentos Socioterritoriais no Paraná 1988 – Ago. 2014

| MST | | CONTAG | | MLST | | INDÍGENAS | | MAST | |
|---------------|--------|-----------|------|--------|------|-----------|------|--------------|-------|
| Ocup. | Fam. | Ocup. | Fam. | Ocup. | Fam. | Ocup. | Fam. | Ocup. | Fam. |
| 342 | 54.065 | 19 | 996 | 04 | 360 | 13 | 883 | 33 | 2.180 |
| QUILOMBOLAS | | MTR | | OTC | | OAC | | GRUPO XAMBRÊ | |
| Ocup. | Fam. | Ocup. | Fam. | Ocup. | Fam. | Ocup. | Fam. | Ocup. | Fam. |
| 1 | 30 | 07 | 670 | 09 | 550 | 04 | 270 | 03 | 72 |
| VIA CAMPESINA | | CONJUNTAS | | OUTROS | | N. I.* | | TOTAL | |

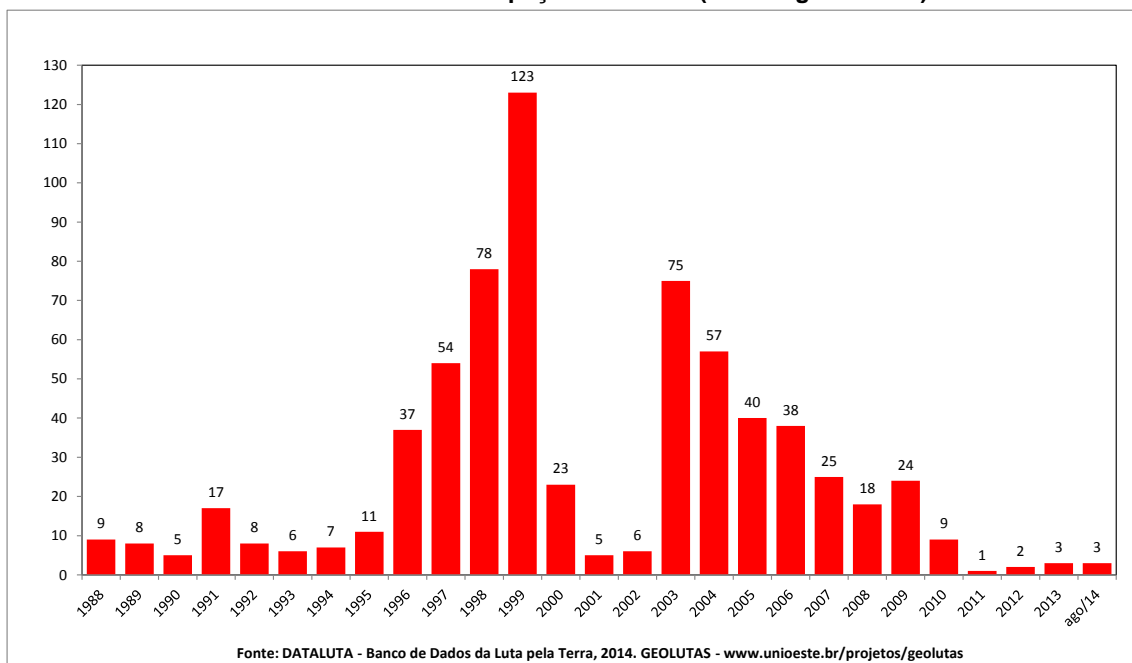
¹ Texto elaborado por Djoni Roos; Douglas Cristian Coelho e Daiana Caroline Refati.
 Disponível em www.fct.unesp.br/nera

| Ocup. | Fam. | Ocup. | Fam. | Ocup. | Fam. | Ocup. | Fam. | Ocup. | Fam. |
|-------|------|-------|-------|-------|------|-------|--------|-------|--------|
| 04 | 430 | 04 | 2.220 | 06 | 552 | 243 | 27.860 | 686 | 87.513 |

Fonte: DATALUTA Paraná – Banco de Dados da Luta pela Terra, GEOLUTAS, 2014; Não Informado.

Apesar de ainda muito importantes, observa-se a queda da intensidade das ocupações de terras no Paraná a partir do ano de 2011. Tal desaceleração das ocupações, sobretudo, pelos movimentos de camponeses sem-terra, se insere no contexto nacional, pois em praticamente todas as unidades da federação verifica-se esta diminuição. No gráfico 1 apresentam-se as ocupações de terra no período de 1988 a agosto de 2014, demonstrando o acentuado decréscimo que tais ações sofreram.

Gráfico 1 – Paraná – Ocupações de Terra (1988 - agosto/2014)

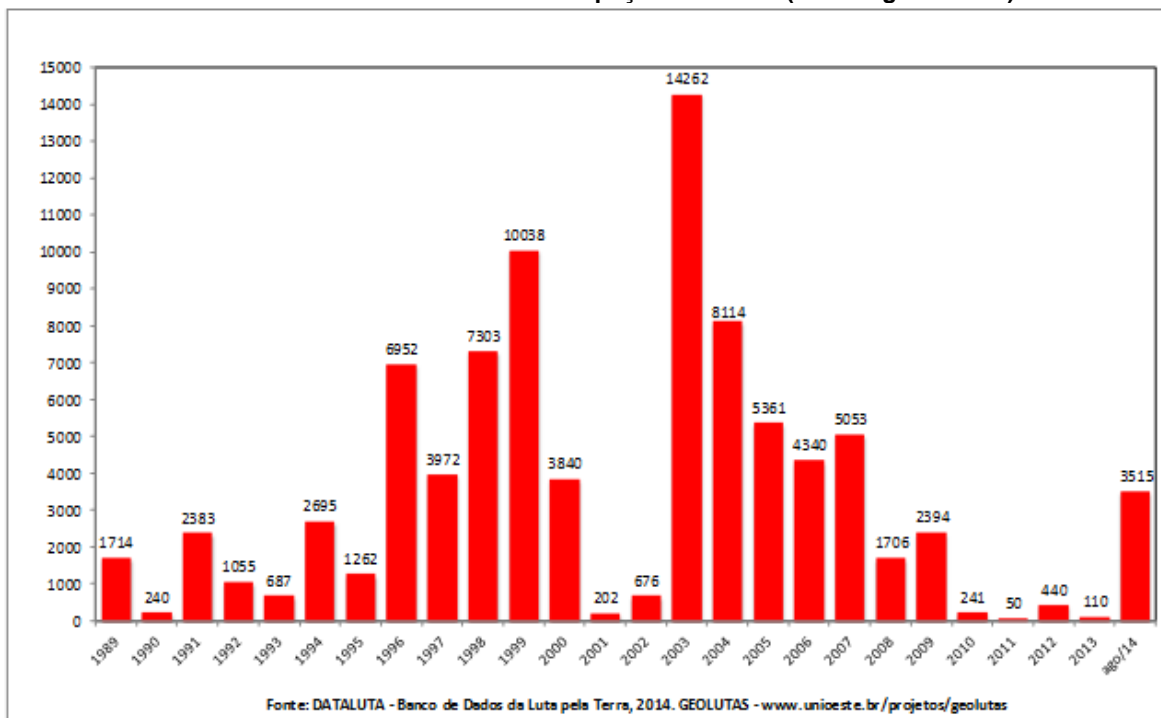


Entretanto, ao visualizarmos o gráfico 2 é perceptível a retomada, em 2014, das ocupações massivas realizadas pelo MST. Das três ocupações ocorridas entre janeiro e agosto de 2014, duas foram organizadas pelo Movimento e juntas congregaram aproximadamente 3.500 famílias. Corrobora para tal entendimento, a comparação com as ocupações de terra realizadas pelos diversos movimentos camponeses e indígenas nos anos anteriores, visto que tais ações congregaram aproximadamente 600 famílias entre 2011 e 2013. Acrescenta-se que nos anos de 2011 e 2012 o MST não realizou ocupações de terra no Paraná e em 2013 um grupo vinculado ao Movimento ocupou uma área no município de Goioxim sem o consentimento dos dirigentes. Tais fatos demarcam a amplitude que a atual elevação na quantidade de famílias organizadas pelo MST em ocupações de terra, representa.

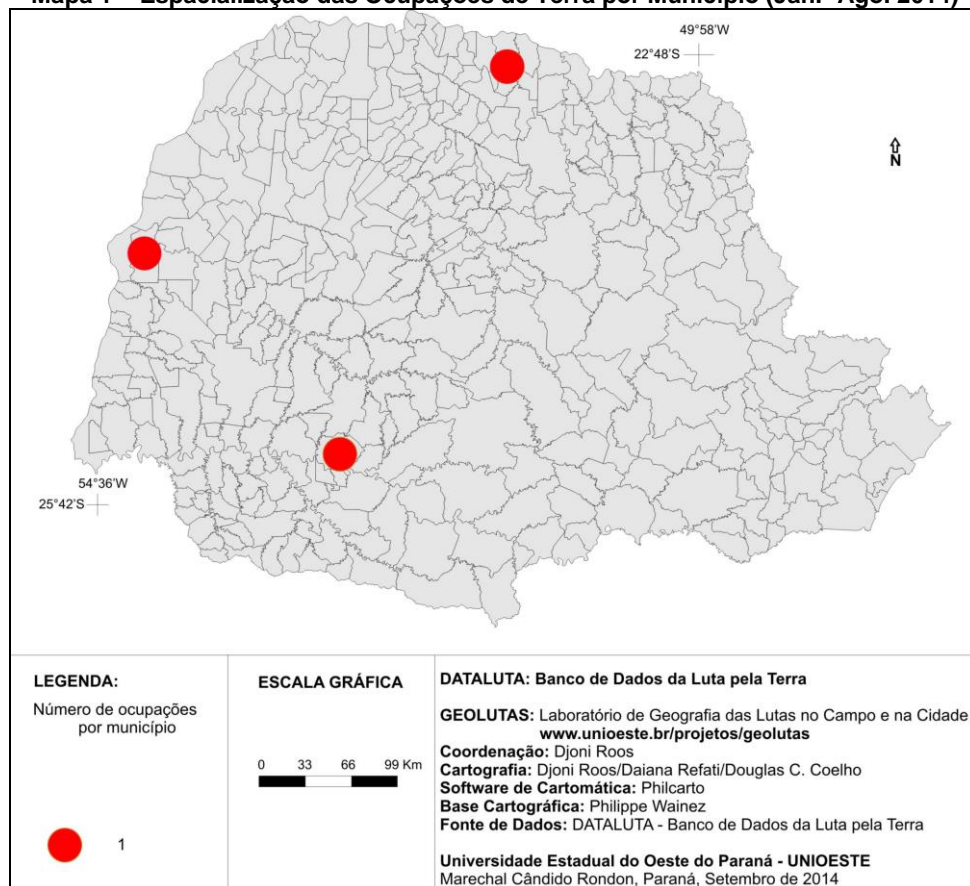
Como supracitado, para o período de janeiro a agosto de 2014, o DATALUTA-PR registrou três ocupações de terra envolvendo 3.515 famílias. Duas destas foram organizadas pelo MST e outra por indígenas da etnia Avá-Guarani. As realizadas pelo MST ocorreram nos municípios de Florestópolis e Rio Bonito do Iguçu sendo ocupados, respectivamente, os latifúndios “Porta do Céu” e “Araupel”. Já os indígenas ocuparam o imóvel “São Paulo” no município de Terra Roxa. As referidas ocupações encontram-se espacializadas no mapa 1.

Disponível em www.fct.unesp.br/nera

Gráfico 2 – Paraná – Famílias em Ocupações de Terra (1988 - agosto/2014)



Mapa 1 – Espacialização das Ocupações de Terra por Município (Jan.- Ago. 2014)



A ocupação do latifúndio “Porta do Céu” localizado no município de Florestópolis (Norte Central Paranaense), ocorreu no mês de março e foi realizada por 500 famílias camponesas ligadas ao MST. Esta Disponível em www.fct.unesp.br/nera

ação é representativa, pois, trata-se da primeira ocupação realizada e reconhecida pelos dirigentes do MST como praticada pelo Movimento, desde 2010, como afirma uma representante da ocupação: “Fazia três anos que não ocupávamos nada no Paraná” (GIMENES, 2014. Não paginado). A referida área ocupada, de aproximadamente 2 mil ha, estava sob domínio do Grupo Atalla, grupo do agronegócio sucroalcooleiro que detém a Usina Central do Paraná e outros 40 mil ha nos estados do Paraná e São Paulo. O referido grupo já foi denunciado inúmeras vezes por desrespeito as legislações ambientais e trabalhistas, inclusive, pela utilização de trabalho escravo. Especificamente em relação à área ocupada, além de não cumprir com a legislação vigente a mesma foi declarada improdutivo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (TERRA DE DIREITOS, 2014), ou seja, a área não cumpre com a sua função social. A fala do superintendente regional do INCRA no Paraná Nilton Bezerra Guedes corrobora nesse sentido: “Apesar dos proprietários contestarem o laudo do Incra – onde demos ampla defesa administrativamente – ela se mantém improdutivo e deverá ser desapropriada pois não cumpre com a sua função social plena. Além de não produzir, desrespeita as legislações trabalhistas e ambientais”. (TERRA DE DIREITOS, 2014. Não paginado).

Outra ocupação realizada pelos camponeses organizados no MST ocorreu nas terras dominadas pelo latifúndio Araupel, localizadas entre os municípios de Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu. Tal ocupação ocorreu no mês de julho e mobilizou cerca de 3.000 famílias que desde maio do corrente ano estavam acampadas nas áreas do assentamento Ireno Alves dos Santos em Rio Bonito do Iguaçu.

A luta pela terra nas áreas da Araupel não é recente e remonta a década de 1970, quando ocorreram vários conflitos entre camponeses que não possuíam terra e a “guarda” patrimonial da empresa. Tratava-se, na sua maioria, de camponeses posseiros expulsos de suas terras pelo latifúndio e que naquele momento montavam acampamentos nos domínios deste para retomar suas terras, entretanto, foram despejados e duramente reprimidos pela “guarda”. O mesmo ocorreu na década de 1980. A violência sempre foi a regra para a manutenção do domínio territorial do latifúndio que possuía mais de 85.000 ha distribuídos entre cinco municípios da região Centro-Sul do Paraná. Em meados da década de 1990 os camponeses, desta vez, organizados no MST, voltaram a lutar contra o referido latifúndio e, diante de toda forma de violência empregada para a manutenção do poder (ameaças de morte, assassinatos etc.), conquistaram os assentamentos rurais Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire no município de Rio Bonito do Iguaçu. Posteriormente, em 1999, os camponeses voltaram a enfrentar a Araupel, culminando com a conquista, em 2005, dos assentamentos Celso Furtado em Quedas do Iguaçu e Dez de Maio em Rio Bonito do Iguaçu.

Mesmo com a conquista de quatro assentamentos rurais sobre as terras que estavam sob domínio da Araupel, o latifúndio ainda permanece com a posse de mais de 30 mil ha, que, segundo o INCRA, pertencem a União. Devido à contestação jurídica sobre a legitimidade do título de propriedade em posse da Araupel, o INCRA entrou com pedido de nulidade da área junto à 3ª Vara da Justiça Federal em Cascavel-PR (LOOP, 2014. Não paginado). Portanto, com a ocupação de julho deste ano, os camponeses voltam a denunciar à sociedade em geral, a apropriação ilegal das terras cometida pelo latifúndio (Fotografia 1). O acampamento montado nas terras contestadas foi nomeado de “Herdeiros da Luta de 1º de Maio” nome que contempla a origem da maioria dos ocupantes, pois 90% destes são filhos dos camponeses dos assentamentos conquistados da Araupel. Tal característica indica a exiguidade dos lotes

Disponível em www.fct.unesp.br/nera

dos assentados para manutenção familiar e a luta dos jovens para permanecerem no campo, contrariando as tendências que querem lhes imputar, como melhor alternativa, a migração para o meio urbano.

Fotografia 1 – Início da ocupação e acampamento “Herdeiros da Luta de 1º de Maio”



Fonte: CATVE, 2014.

Em decorrência da ocupação das terras da Araupel, inúmeras são as ações dissipadas pelo latifúndio para desinformar a sociedade e distorcer os fatos num processo de criminalização dos camponeses que lutam pela conquista da terra nos municípios de Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu. Antes da efetivação da ocupação o latifúndio já articulou conjuntamente com lideranças políticas uma repressão aos camponeses. É exemplar a operação policial deflagrada na região no mês de maio que invadiu dezenas de lotes e residências, prendendo assentados e professores universitários sem qualquer respaldo legal (mandado judicial) e justificado por acusações infundadas. Soma-se a estes expedientes o pronunciamento do Senador da República Álvaro Dias, que no dia 13 de maio de 2014 no uso da tribuna do senado federal, pronunciou em defesa da Araupel, criminalizando os camponeses em luta pela terra de trabalho. Paralelamente a isto, o latifúndio juntamente com políticos locais² começou uma campanha de manipulação dos funcionários (cerca de 1.500 diretos e indiretos) e da população em geral de Quedas do Iguaçu (inclusive com a utilização de redes sociais como o Facebook), antepondo-os à ocupação do MST. Ou seja, a Araupel em conjunto com os meios de comunicação local tem oposto trabalhadores e camponeses, propagandeando entre outras, que a desapropriação da área levaria ao encerramento das atividades da empresa no município, acarretando na decadência do mesmo devido à dependência econômica daquela, seja pelos empregos gerados ou pelo fim da arrecadação municipal proveniente. Neste contexto, a empresa realizou uma manifestação no município de Quedas do Iguaçu, utilizando funcionários e seus familiares além de comerciantes em geral (Fotografia 2).

Posteriormente a ocupação da área, o referido latifúndio conjuntamente com forças políticas ruralistas, associações comerciais, mídia escrita e falada, tanto regional quanto estadual, tem realizado diversos atos contra os camponeses sem-terra com a finalidade de manipular a opinião pública. Além disso,

² A câmara de vereadores de Quedas do Iguaçu aprovou, inclusive, uma moção de apoio à Araupel, rechaçando a ocupação da área pelos camponeses do MST.

promoveram panfletagem na BR-277 no município de Nova Laranjeiras para pedir a reintegração de posse da área.

Fotografia 2 – Manifestação da Araupel e comércio em Quedas do Iguaçu (maio de 2014)



Fonte: Portal CGN, 2014.

Alguns dias após o protesto em favor da Araupel, os camponeses do assentamento Celso Furtado se contrapondo a tal ação, realizaram uma marcha e manifestação no centro da cidade de Quedas do Iguaçu. O ato que reuniu aproximadamente 5.000 pessoas teve como objetivo apoiar a luta dos camponeses ocupantes da área da Araupel reivindicando agilidade nos processos de reforma agrária, ampliação e fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além de mostrar a importância do assentamento na produção de alimentos, geração de emprego, renda e receitas para o município (Fotografia 4). Assim, sobretudo, o município de Quedas do Iguaçu por abrigar a sede da Araupel, tem se constituído num território em disputa.

Fotografia 4 – Manifestação dos assentados em Quedas do Iguaçu (Agosto de 2014)



Fonte: MST, 2014.

Os dados levantados pelo DATALUTA-PR permitem visualizar e apreender também a emergência, de forma mais intensa nos últimos anos, das lutas indígenas no Paraná, sobretudo, na região Oeste, fronteira entre Brasil e o Paraguai. Tais lutas estão acompanhadas de forte reação dos setores ruralistas, pois “os conflitos se expressam, principalmente, no desencontro entre a concepção de organização produtiva não-capitalista dos indígenas e a dos proprietários ruralistas, essencialmente, capitalista” (FABRINI, et al. 2013, p.08). Ou seja, a centralidade dos processos de confronto está na posse e uso da terra nessa região de fronteira. Neste contexto, procurar-se-á problematizar, de forma breve, alguns aspectos dos recentes acontecimentos relacionados aos povos indígenas no Paraná, mais expressivamente nos municípios de Guaíra e Terra Roxa (Oeste do estado).

Atualmente a luta pela terra e pelo território no Oeste paranaense está inserida num cenário de disputas por dois lados completamente opostos. De um lado encontram-se agricultores camponeses, que utilizam suas terras visando moradia, produção de subsistência, produção para o mercado, manutenção de práticas e relações norteadas pelo modo de vida camponês, ou seja, utilizam a terra como meio de sobrevivência. Contraditoriamente e como estratégia político-econômica, neste mesmo lado, aparecem os latifundiários. Estes, por sua vez, buscam através do discurso hegemônico da elite rural, massivamente difundido pelos veículos de comunicação da região unificar as classes, aglutinando camponeses e latifundiários no mesmo jogo de interesses. Sendo que para os primeiros, a propriedade da terra é entendida como meio de produção essencial para existência da família, já para os segundos, a terra está vinculada exclusivamente ao caráter da mercadoria, da acumulação de capital.

De outro lado encontram-se os indígenas, que lutam pela terra e pela retomada dos territórios no Oeste do estado, pertencentes aos Avá-Guarani desde passado distante. Para os indígenas a conquista da terra e do território tem a finalidade de permitir a sobrevivência, manutenção das tradições, costumes, modo de vida e não para produzir alimentos/mercadorias e comercializar.

Em contraposição a lógica de existência dos Avá-Guarani e ao possível “atraso” econômico que a demarcação de terras poderá trazer para um dos “berços” do agronegócio do estado do Paraná, se busca construir um cenário de criminalização das retomadas dos territórios indígenas, inclusive, diversas entidades de classe e políticos regionais promovem inúmeras atos de incitação ao ódio e racismo contra os indígenas. Até mesmo classificando-os depreciativamente como paraguaios, preconceitos que tem se reproduzido socialmente.

Os indígenas são ainda, apresentados como marginais que querem invadir propriedades particulares, sujeitos que ameaçam o direito dos agricultores e o “desenvolvimento” local e nacional. Desta forma é que foram considerados, principalmente pela mídia local, na última ocupação que realizaram no dia 17 de agosto deste ano, na Fazenda São Paulo, município de Terra Roxa. Nesta ocupação, 40 indígenas da etnia Avá-Guarani resolveram reivindicar as terras desta fazenda que já estava em negociação desde 2013. Porém, este ato provocou forte reação dos agricultores locais (que possuem propriedades de diversos tamanhos, desde camponesas até latifundiárias), onde mais de 300 ruralistas compareceram no local ocupado, dispostos a lançar mão de métodos violentos para impedir o acampamento dos indígenas e expulsá-los, se necessário. A Polícia Federal foi acionada a “intermediar” a negociação e pressionar a saída dos indígenas, que foi o que ocorreu (PORTAL GUÁIRA, 2014).

É notório que o discurso hegemônico conservador tem o intuito de defender, sobretudo, a propriedade privada da terra, o “desenvolvimento” local e regional assentado no modelo de produção do agronegócio. A partir disso, verificam-se as formulações de frases como “nós alimentamos o país”, “por um Brasil que produz”, ou, “fora FUNAI”³, que são proclamadas por diversos meios de comunicação, determinados grupos políticos e empresas do agronegócio, no intuito de fazer a população defender somente um lado dessa disputa e distorcendo o real significado que a terra possui para os indígenas. Portanto, o centro deste conflito está na propriedade e uso da terra, fato reforçado com a criação, no município de Guaíra, da Organização Nacional de Garantia ao Direito da Propriedade (ONGDIP), fundada para dar sustentação à ação de defesa das propriedades rurais.

A postura da maioria dos governantes e dos segmentos do agronegócio em relação à questão indígena no Oeste paranaense é de ignorância e negação de seus direitos garantidos pela Constituição de 1988, que no artigo 231, destaca o seguinte:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. § 1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. § 2.º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 150).

Em vista das circunstâncias expostas, observa-se que atualmente, o que ainda resta aos indígenas é a luta pela manutenção das reservas e, principalmente, pela demarcação de novas áreas. Porém, vários setores da sociedade acreditam que não é necessária a destinação de terras para esses povos, e agem de forma a impedir sua luta, com repressão e ameaças, como ocorreu em Terra Roxa, Oeste do Paraná. Compreende-se que há um problema quanto à demarcação urgente e necessária das terras indígenas no Oeste do Paraná e no Brasil. Somente cumprindo a Constituição Federal na íntegra que será possível reduzir os conflitos e a partir desse importante passo construir um cenário de respeito pela cultura dos povos indígenas.

ESPACIALIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DO CAMPO NO PARANÁ EM 2014

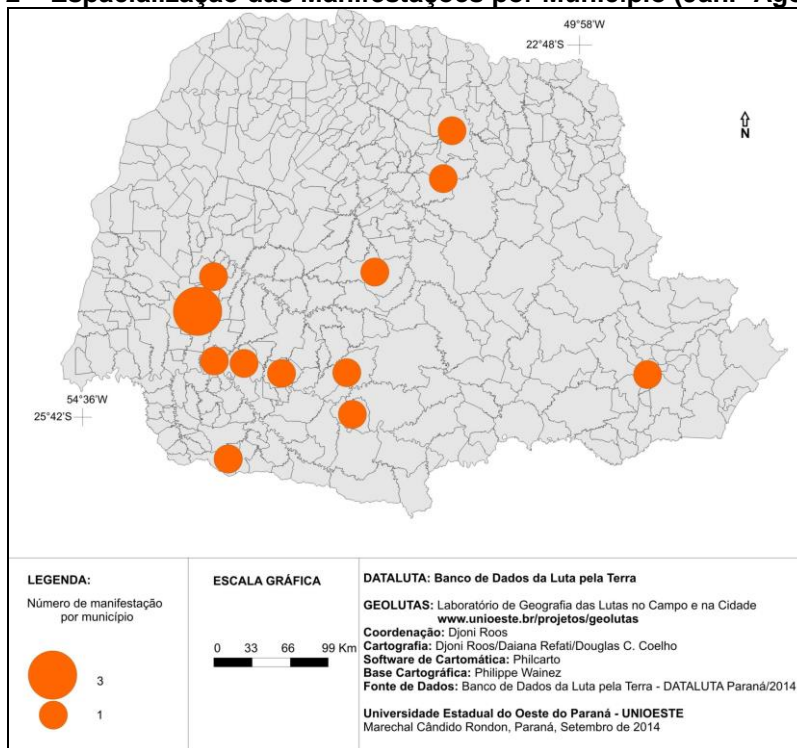
Outra importante estratégia da luta camponesa e indígena tem sido as manifestações em diferentes espaços públicos. Tais se caracterizam em Marchas/Caminhadas, Bloqueio de Rodovias, Concentração em Espaço Público e Reuniões, as quais têm como finalidade expressar publicamente as reivindicações pautadas pelos movimentos socioterritoriais. São utilizadas diversas estratégias de ação, com intuito de alcançar e contribuir para a conscientização do maior número de pessoas.

De janeiro a agosto de 2014 foram realizadas 14 manifestações no estado do Paraná. O mapa 2, a seguir, permite verificar o conjunto e a espacialização destas mobilizações recentes (2014) realizadas no

³ Fundação Nacional do Índio.
Disponível em www.fct.unesp.br/nera

Paraná. Dentre estas destacamos as vinculadas ao “*Dia Nacional de Luta*” (12/08), para o qual se utilizou, enquanto principal estratégia de luta, o bloqueio de oito (8) rodovias que ligam os principais eixos de integração econômica do estado. Os movimentos sociais do campo em ato unificado com Movimentos urbanos levaram a público a seguinte pauta: reforma agrária, educação no campo, assistência técnica, recursos para abastecimentos das unidades agroindustriais, habitação, reforma política e melhorias no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

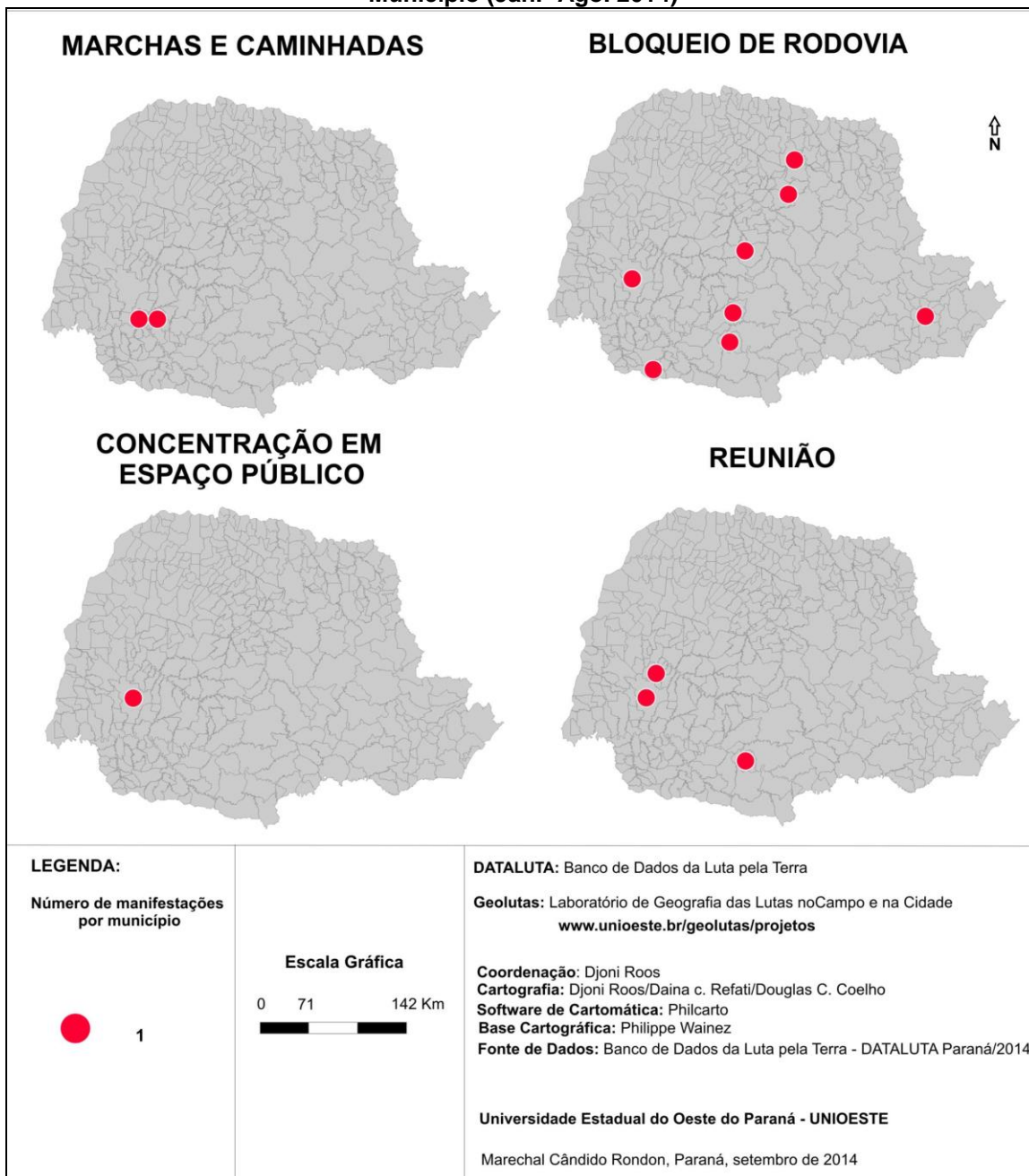
Mapa 2 – Espacialização das Manifestações por Município (Jan.- Ago. 2014)



Outras importantes estratégias que se destacam na luta dos movimentos socioterritoriais são as *Marchas e Caminhadas*. Dentre as realizadas no ano de 2014 (até o momento) é notável a supracitada Marcha organizada pelo MST que reuniu aproximadamente 5.000 camponeses assentados no dia 12 de agosto de 2014 nas ruas da cidade de Quedas do Iguaçu. A prancha 1 apresenta as tipologias das diversas manifestações ocorridas no Paraná até agosto de 2014.

Portanto, contrapõe-se aqui a ênfase dada pelo governo do estado e meios de comunicação à “pacificação” do campo paranaense, pois a mesma não encontra suporte na realidade, visto que esta se apresenta conflituosa, caracterizada na existência de inúmeras disputas pelo território, sendo as ocupações de terra apenas uma das múltiplas formas pelas quais as lutas se expressam. A existência de tais conflitos e lutas indica que existe um problema agrário, uma questão agrária, que não foi resolvida. Esse problema está vinculado, principalmente, à apropriação e uso produtivo ou improdutivo da terra no Paraná.

Prancha 1 – Paraná – Tipologia das Manifestações do Campo, Número de Manifestações por Município (Jan.- Ago. 2014)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados e informações sobre a luta e conflitos no campo paranaense ocorridos no ano de 2014, coletados pelo DATALUTA-PR, é possível chegar a um conjunto de verificações: 1) a retomada de ocupações de terra “massivas” pelo principal movimento camponês atuante no estado, o MST; 2) a luta indígena no Oeste do Paraná continua latente, sobretudo, pela não demarcação das terras tradicionais destes povos e a conseqüente criminalização que os mesmos vêm sofrendo; 3) no momento atual as principais regiões de conflito no estado são a Centro-Sul com a ocupação do latifúndio Araupel nos municípios de Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu e a Oeste com as lutas indígenas, especialmente,

nos municípios de Guaíra e Terra Roxa; 4) a reação do latifúndio, proprietários rurais e políticos locais têm sido enérgica e violenta no sentido de criminalizar e combater política e fisicamente as lutas camponesas e indígenas, até mesmo dispostos a realizar despejos por conta própria, como relatado no caso da ocupação indígena na fazenda São Paulo, município de Terra Roxa. Em todos estes casos a omissão do Estado para com os direitos dos camponeses e indígenas tem sido a regra. Portanto, os conflitos estão presentes no Paraná, até porque há uma questão agrária que não foi resolvida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição da república federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de Outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

CATVE. **Sem terra diz que 3 mil famílias ocupam área da Araupel**. 2014. Disponível em: <<http://catve.com/noticia/6/90580/sem-terra-diz-que-3-mil-familias-ocupa>>. Acesso em: 17 de julho de 2014.

DAMIANI, P. Trabalhadores da Araupel e empresários de Quedas do Iguaçu fazem manifestação na praça central e panfletagem na BR-277. **Rádio Campo Aberto**, Laranjeiras do Sul, 31 de jul. 2014. Disponível em: <<http://www.radiocampoaberto.com.br/?p=55831>>. Acesso em: 01 de agosto de 2014.

DATALUTA-PARANÁ. **Banco de dados da luta pela terra no Paraná**. Marechal Cândido Rondon: GEOLUTAS, 2014.

FABRINI, J. E.; et al. Conflitos entre ruralistas, camponeses e indígenas no Paraná. In: **Boletim Dataluta**, nº 72, p. 02-12, dez. 2013.

_____; ROOS, D. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 144p.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: **Revista NERA**, nº 06, ano 08, p. 24-34, 2005.

GIMENES, E. 500 famílias sem-terra ocupam fazenda no norte do PR, diz MST, **G1 PR**, Londrina, 03 de mar. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2014/03/500-familias-sem-terra-ocupam-fazenda-no-norte-do-pr-diz-mst.html>>. Acesso em: 05 de março de 2014.

LOOP, C. INCRA contesta título de propriedade da empresa Araupel, no Paraná, **MST**, São Paulo, 03 de jul. 2014. Disponível em: <<http://mst.org.br/node/16262>>. Acesso em: 10 de julho de 2014.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra (MST). **Mais de 11 mil se mobilizam no Paraná e conquistam avanços significativos**. 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/16391>>. Acesso em: 13 de agosto de 2014.

PORTAL GUAÍRA. **Índios invadem fazenda na Vila Guarani**. 2014. Disponível em: <<http://www.portalguaira.com/PG/urgente-guaira-indios-invadem-fazenda-na-vila-guarani>>. Acesso em: 20 de agosto de 2014.

TERRA DE DIREITOS. **Fazenda ocupada pelo MST no Paraná é improdutiva, afirma INCRA**. 2014. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/2014/03/11/fazenda-ocupada-pelo-mst-no-parana-e-improdutiva-afirma-incra>>. Acesso em: 12 de março de 2014.

VIEIRA, N. LUZ, B. B. da. Onde milhares almejam terra, milhares temem pelo emprego. **Central Gazeta de Notícias (CGN)**. Cascavel, 31 de mai. 2014. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/93271/onde-milhares-almejam-terra-milha>>. Acesso em: 01 de junho de 2014.